

Gustavo Binenbojm

*Professor Adjunto de Direito Administrativo da Faculdade de  
Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ;  
Doutor e Mestre em Direito Público pela UERJ; Master of Laws  
(LL.M.) pela Yale Law School (EUA); Procurador do Estado,  
advogado e parecerista no Rio de Janeiro*

# A NOVA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

**Legitimidade democrática e  
instrumentos de realização**

*4ª Edição  
Revista, ampliada e atualizada*

**RENOVAR**  
Rio de Janeiro  
2014

**abdr**   
Associação Brasileira de  
Direito Constitucional  
Respeite o direito autoral!

Todos os direitos reservados à  
 LIVRARIA E EDITORA RENOVAR LTDA.  
 MATRIZ: Rua da Assembléia, 10/2.421 - Centro - RJ  
 CEP: 20011-901 - Tel.: (21) 2531-2205 - Fax: (21) 2531-2135  
 FILIAL RJ: Tels.: (21) 2589-1863 / 2580-8596 - Fax: (21) 2589-1962

**www.editorarenovar.com.br** **SAC: 0800-221863**

© 2014 by Livraria Editora Renovar Ltda.

*Conselho Editorial:*

Arnaldo Lopes Sússekind — Presidente (*in memoriam*)  
 Antonio Celso Alves Pereira  
 Caio Tácito (*in memoriam*)  
 Carlos Alberto Menezes Direito (*in memoriam*)  
 Celso de Albuquerque Mello (*in memoriam*)  
 Gustavo Binenbojm  
 Gustavo Tepedino  
 Lauro Gama  
 Luís Roberto Barroso  
 Luiz Edson Fachin  
 Luiz Emygdio F. da Rosa Jr.  
 Manoel Vargas  
 Nadia de Araujo  
 Nelson Eizirik  
 Ricardo Lobo Torres  
 Ricardo Pereira Lira  
 Sergio Campinho

*Capa:* Sheila Neves

*Editoração Eletrônica:* TopTextos Edições Gráficas Ltda.

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
 Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

B427n Binenbojm, Gustavo  
 A nova jurisdição constitucional — Legitimidade democrática e instrumentos de realização. — 4ª ed. revista, ampliada e atualizada — Rio de Janeiro: Renovar, 2014.  
 319. ; 21cm.

ISBN 978-85-7147-861-9  
 Inclui bibliografia.

1. Direito constitucional – Brasil. I. Título.

CDD-346.81052

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)  
 Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

## Sumário

|  |     |
|--|-----|
| Nota à 4ª Edição.....  | V   |
| Nota à 3ª Edição.....  | VII |
| Prefácio — <i>Luís Roberto Barroso</i> .....   | IX  |
| Apresentação — <i>Clèmerson Merlin Clève</i> .....   | XV  |
| <b>Capítulo I — Apresentação do tema</b> .....   | 1   |
| I.1. Introdução: constitucionalismo, democracia e utopia.....  | 1   |
| I.2. Plano de trabalho.....  | 10  |
| <b>Capítulo II — Matrizes históricas e evolução da jurisdição constitucional</b> .....   | 15  |
| II.1. Primórdios do constitucionalismo liberal e da ideia de jurisdição constitucional.....  | 15  |
| II.2. Surgimento do <i>judicial review of legislation</i> nos Estados Unidos.....  | 25  |
| II.3. Invenção do controle concentrado da constitucionalidade na Áustria e expansão dos Tribunais Constitucionais ao longo do século XX..... | 35  |
| <b>Capítulo III — Tensões entre democracia e constitucionalismo: a legitimidade democrática da jurisdição constitucional</b> .....           | 47  |
| III.1. Dimensionamento do problema.....  | 47  |
| III.2. As justificativas do constitucionalismo clássico.....   | 55  |
| III.3. A jurisdição constitucional como instrumento de defesa dos direitos fundamentais.....   | 74  |

|   |            |
|---|------------|
| III.4. A jurisdição constitucional como instrumento de defesa do procedimento democrático.....  | 93         |
| <b>Capítulo IV — A velha e a nova jurisdição constitucional brasileira.....</b>   | <b>121</b> |
| IV.1. Escorço histórico do controle judicial da constitucionalidade no Brasil .....   | 121        |
| IV.2. A nova jurisdição constitucional brasileira: o sistema eclético em vigor e suas tensões .....   | 129        |
| <b>Capítulo V — O novo estatuto da jurisdição constitucional brasileira: inovações e aspectos polêmicos das Leis nºs 9.868/99 e 9.882/99 .....</b>              | <b>139</b> |
| V.1. A disciplina da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade na Lei nº 9.868/99 .....                                | 139        |
| V.2. A disciplina processual da ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....  | 235        |
| V.3. A regulamentação da arguição de descumprimento de preceito fundamental pela Lei nº 9.882/99: ação constitucional do cidadão ou advocatória?.....           | 241        |
| <b>Capítulo VI — A supremacia da Constituição nas sedes legislativa e administrativa .....</b>  | <b>261</b> |
| VI.1. Considerações preliminares sobre o tema.....  | 261        |
| VI.2. A defesa da supremacia da Constituição em sede legislativa: a sindicabilidade do veto por inconstitucionalidade .....                                     | 263        |
| VI.3. A defesa da supremacia da Constituição em sede administrativa: a possibilidade de o Poder Executivo negar aplicação à lei reputada inconstitucional ..... | 270        |
| <b>Capítulo VII — Síntese conclusiva.....</b>   | <b>281</b> |
| <b>Bibliografia.....</b>  | <b>287</b> |
| Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999 .....   | 299        |
| Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999 .....  | 314        |